
COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS PRODEMGE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – Prodemge, criada pela Lei Estadual nº 6.003, de 12 de outubro de 1972, é uma sociedade de economia mista com sede na cidade de Belo Horizonte – MG. Suas atividades compreendem a execução dos serviços de tecnologia da informação para órgãos e entidades da administração pública, de acordo com as prioridades estabelecidas pelo Estado de Minas Gerais, acionista majoritário.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria e autorizadas para emissão em 27 de fevereiro de 2013.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis brasileiras e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, abrangendo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Com a promulgação da Lei 11.638/07 e a Lei 11.941/09, foram alterados, revogados e introduzidos dispositivos na Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV da Lei nº 6.404/76 sobre matéria contábil, em vigência a partir do encerramento das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e aplicáveis a todas as companhias constituídas na forma de sociedades anônimas.

Essas alterações têm como objetivo principal atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de harmonização das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IASB) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pelos órgãos reguladores em consonância com as normas internacionais de contabilidade.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, bancos e aplicações financeiras que podem ser resgatadas a qualquer tempo pela Companhia. Essas aplicações são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o respectivo valor de mercado.

b) O imobilizado da Companhia está demonstrado ao custo de aquisição, reavaliado com base em avaliação efetuada por peritos independentes, em relação às contas de terrenos, edificações/instalações, deduzido da correspondente depreciação, que é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa n.º 5, e leva em consideração a vida útil econômica dos bens.

c) Os bens do almoxarifado foram avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição, não ultrapassando, portanto, os preços de mercado.

d) As receitas e despesas são reconhecidas no resultado apurado do exercício pelo regime de competência.

e) A provisão para o Imposto de Renda foi calculada com base no lucro real mensal à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%; a provisão para Contribuição Social calculada à alíquota de 9%.

f) As contingências passivas estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face às ações consideradas de êxito remoto.

g) Os demais ativos e passivos, com vencimentos previstos até o encerramento do exercício social seguinte, encontram-se devidamente contabilizados no circulante e não circulante, acrescidos de seus respectivos valores de mercado, registrados com base em índices contratuais até a data do balanço.

4. CONTAS A RECEBER

Cliente	R\$ 1,00	
	2012	2011
Estado de Minas Gerais:		
Administração Direta	44.565.601	27.599.752
Administração Indireta	3.797.702	583.563
Outros	14.760	53.939
Serviços Realizados a Faturar	25.788.744	18.055.289
Total Estado	74.166.807	46.292.543
Extra Estado		
Prefeituras	1.192.487	919.930
Total Extra Estado	1.192.487	919.930
Total	75.359.294	47.212.473

5. TANGÍVEL

	R\$1,00				
			2012	2011	
	Custo corrigido e reavaliado	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais de depreciação
Terrenos	10.400.000	-	10.400.000	10.400.000	-
Edificações	14.835.454	(6.990.940)	7.844.514	8.790.029	4%
Equipamentos Processamento de Dados	45.782.764	(24.471.985)	21.310.779	15.899.264	20%
Móveis, Utensílios e Ferramentas	1.547.814	(915.279)	632.535	734.809	10%
Rede de Comunicação Via Satélite	3.806.431	(3.804.838)	1.593	4.588	7%
Veículos	366.590	(350.238)	16.352	89.670	20%
Software	2.536.407	(251.682)	2.284.725	128.266	-
Imobilização em andamento	-	-	-	1.059.767	-
Outros	21.276	-	21.276	21.406	-
Total	79.296.735	(36.784.963)	42.511.772	37.127.798	

A reserva de reavaliação de Edificações realizada no exercício, decorrente da depreciação, perfaz o valor de R\$98.547 no final de 2012 e R\$98.547 em 2011.

Permanece no patrimônio líquido o montante referente à reserva de reavaliação de R\$6.791.318, ainda não realizado, referente a Terrenos e Edificações.

A Companhia optou por manter a reserva de reavaliação existente até a sua efetiva realização, ao amparo do art. 6º da Lei 11.638/07.

6. INTANGÍVEL

			R\$ 1,00	
			2012	2011
	Custo corrigido e reavaliado	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Software e Aplicativos Próprios	8.589.815	-	8.589.815	17.179.630
Direito de Uso de Sistemas	42.275.725	(28.796.978)	13.478.747	13.201.306
Total	50.865.540	(28.796.978)	22.068.562	30.380.936

Em atendimento ao Ofício nº 770/2009¹, de 10/08/2009, do Comitê de Governança Corporativa, a Prodemge adotou o critério de reconhecer a baixa gradual dos Softwares e Aplicativos Próprios, em perdas, à base de 20% ao ano. No ano de 2012, o valor foi de R\$8.559.815 e de R\$8.559.815 em 2011.

A Companhia optou pela continuidade desse critério na adoção das Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS.

7. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	R\$ 1,00	
	2012	2011
PASEP	4.601.219	4.438.059
INSS	995.265	1.235.244
COFINS	2.504.645	2.386.689
Salários e Honorários a pagar	4.485.001	3.001.660
FGTS	655.617	573.460
Plano Previdencial PREVIMINAS	1.687.681	1.447.971
Contribuições retidas na fonte	84.145	62.389
Benefício Pós Emprego	2.594.230	2.271.151
	17.607.803	15.416.623

A Companhia possui um passivo contingente de PASEP, abrangendo o período de junho de 1999 a dezembro de 2002, no valor original de R\$3.805.035, cuja questão está *sub judice*.

¹ OF.SEF.GAB.SADJ./770/09, de 10/8/2009: "... Comunico-lhe, por oportuno, que o Comitê entendeu que a PRODEMGE deverá promover a baixa desses ativos à medida em que for registrando aumentos em seu patrimônio líquido e deliberou que a SEF deve procurar alternativas para transferir outros ativos para a Empresa, sob a forma de aporte de capital, de modo a contribuição para a substituição dos ativos intangíveis do Estado apropriados contabilmente pela mesma."

8. REFIS – PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL

	2012	2011
DÉBITO CONSOLIDADO	37.758.119	37.758.119
Compensação de Prejuízos Fiscais e de Base de Cálculo		
Negativa de CSLL	(8.041.659)	(8.041.659)
Outras Compensações	(257.685)	(257.685)
Dívida Líquida Consolidada	29.458.775	29.458.775
Pagamento de Parcelas	(21.600.116)	(18.796.298)
Atualização Monetária	24.815.951	23.839.998
Saldo devedor REFIS	32.674.610	34.502.475
Ajuste a valor presente (longo prazo)	(9.424.488)	(11.825.799)
Ajuste a valor presente (curto prazo)	(50.821)	(52.382)
Saldo devedor REFIS a valor presente	23.199.301	22.624.294
Menos: Passivo Circulante	(1.691.825)	(1.597.139)
Exigível a Longo Prazo	21.507.476	21.027.155

Em 28 de abril de 2000, visando ao parcelamento de impostos e contribuições federais vencidos até 29 de fevereiro do mesmo ano, a Companhia manifestou sua opção, aderindo ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, nos termos estabelecidos pela Lei 9.964, de 10 de abril de 2000, e legislação complementar.

À época, para efeito de compensação da dívida a ser refinanciada, a Companhia utilizou prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social geradas em exercícios anteriores nos valores de R\$36.487.920 e R\$32.105.883, respectivamente, para amortizar parcela substancial dos valores das multas e dos juros incluídos no parcelamento, observado o limite de 15% dos prejuízos fiscais e de 8% das bases negativas de contribuição.

O saldo devedor do REFIS atualizado devidamente pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP vem sendo quitado em parcelas mensais equivalentes a 1,5% da receita bruta em um prazo que se estima findar em 2034.

Para o cálculo do valor presente do débito junto ao REFIS, foram adotadas as seguintes premissas:

- Calculado o valor médio dos pagamentos efetuados de janeiro de 2001 a dezembro de 2012;
- O montante do débito em 31 de dezembro de 2012, devidamente atualizado pela TJLP, foi dividido pelo valor médio dos pagamentos, encontrando-se o valor constante de cada parcela e o prazo para suas liquidações;
- O valor presente do débito foi obtido descontando-se o fluxo de pagamentos à taxa de 0,5% a.m., correspondente à TJLP do 4º trimestre de 2012.

Em garantia do parcelamento pleiteado junto ao REFIS, foi oferecido o imóvel pertencente à Companhia, localizado à Rua da Bahia, 2.277, em Belo Horizonte, MG.

A Companhia liquida regularmente os impostos e contribuições vencidos após 29 de fevereiro de 2000, condição essencial para a sua permanência nesse programa de recuperação fiscal.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- Capital Social

O capital social está representado por 77.227.838 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$1,00 cada.

- Reserva de reavaliação

A reserva decorre da reavaliação dos bens do imobilizado, efetuada pela Companhia em 1989, 2001 e 2007, (vide nota explicativa nº 5). É transferida para prejuízos acumulados na proporção em que os bens objeto da reavaliação são realizados por depreciação, venda ou baixa.

A reserva decorrente da reavaliação de Software e Aplicativos Próprios vem sendo realizada desde o exercício de 2009.

Realizado em dezembro de 2012, o valor de R\$5.870.466, referente à realização da Reserva de Reavaliação de Software e Aplicativos Próprios.

- Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido, nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Para o exercício de 2012, deduziu-se a parcela remanescente de prejuízos acumulados de exercícios anteriores, nos termos do artigo 189 da Lei 6.404/76.

- Retenção de Lucros

Constituída após as deduções previstas por lei (prejuízos acumulados e reserva legal) a rubrica atendeu ao determinado no art. 33 item II do Estatuto Social da Companhia.

10. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros para os bens do imobilizado, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, como segue:

	R\$1,00
Item	Valor Segurado
Veículos	Valor de mercado
Instalações (sistema de refrigeração, estabilizador, fitoteca, edificações, equipamentos, materiais do almoxarifado)	
- Prédio I	855.000,00
- Prédio II	11.030.000,00
Certificação Digital	1.000.000,00

11. APOSENTADORIA E FUNDO DE PENSÃO – PASSIVO ATUARIAL

A Companhia, desde 1º de outubro de 1994, é uma das patrocinadoras do Plano de Benefícios administrado pela Fundação Libertas de Seguridade Social de Minas Gerais, que tem por finalidade principal a complementação dos benefícios previdenciários concedidos pela previdência oficial aos seus empregados. Na data do balanço, conforme demonstrado na Nota Explicativa n.º 7, o exigível da Companhia perante a Fundação totaliza R\$1.687.681 em 2012 e R\$1.447.971 em 2011.

Em decorrência do patrocínio desses benefícios previdenciários, a Companhia assumiu, em 27 de março de 1998, um débito de R\$13.217.852, a título de financiamento do passivo atuarial, existente na data de criação do Plano, a ser pago no prazo de 240 meses, contados a partir de maio de 1998.

Em 31 de dezembro de 2012, o valor presente do débito é de R\$7.446.369, e de R\$8.549.309 em 31 de dezembro de 2011, restando ainda 64 parcelas.

12. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

A Companhia figura como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, justiça comum e justiça federal, decorrentes do curso normal de suas atividades, no total de 48 processos, dos quais 35 referem-se a processos trabalhistas, 12 processos na vara da Fazenda Pública e apenas um processo na justiça federal.

Para o exercício de 2012, as provisões foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de nossos Tribunais, para processos judiciais que foram avaliados como perda provável, no montante de R\$4.369.873, conforme demonstrado abaixo:

a) JUSTIÇA DO TRABALHO

As ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta estão em sua maioria relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, insalubridade, horas extras, PLR, 40% do FGTS, sobreaviso e diferenças salariais decorrentes de isonomia de função. Ressalte-se, inclusive uma ação movida pelo sindicato da categoria pleiteando a PLR de 2006 a 2010, representando 70% do valor total provisionado.

A Companhia figura também na condição de litisconsorte passivo com responsabilidade subsidiária, em 21 processos (60% do total dos processos), representando 23% do valor total provisionado. Caso o pleito seja procedente, a Prodemge será compelida judicialmente a satisfazer o débito trabalhista. Dessa forma, para os casos considerados perda provável, a Companhia constitui provisão de recursos para eventuais condenações subsidiárias.

A classificação das contingências trabalhistas pela assessoria jurídica está assim representada:

	R\$ 1,00
Perda Remota	473.056
Perda Possível	-
Perda Provável	4.363.873
Total das ações na Justiça do Trabalho	4.836.929

b) JUSTIÇA COMUM

Sendo a Companhia uma empresa pública, as ações movidas na Justiça Comum correm nas Varas da Fazenda Pública Estadual. São relacionadas às ações de sustação de protesto, danos morais, concurso público e cobrança.

A classificação destas contingências pela assessoria jurídica está assim representada:

	R\$ 1,00
Perda Remota	88.777
Perda Possível	206.450
Perda Provável	6.000
Total das ações na Justiça Comum	301.227

c) JUSTIÇA FEDERAL

A Companhia possui apenas uma ação no âmbito da Justiça Federal, decorrente de execução fiscal relativa ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (Salário Educação), classificada pela assessoria jurídica em perda possível, no valor de R\$34.000.

13. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Prodemge é uma das patrocinadoras da Fundação Libertas de Seguridade Social, que é uma entidade de previdência complementar fechada multipatrocinada, sem fins lucrativos, fundada em julho de 1992, de acordo com a legislação em vigor.

O Plano de Benefícios está estruturado na modalidade de Benefício Definido, com início operacional em 01/10/1994, que contempla:

- Benefícios Programados: suplementação de aposentadoria por idade, por tempo de contribuição, especial e suplementação do décimo terceiro.
- Benefícios de Risco: suplementação de aposentadoria por invalidez, de auxílio doença, de pensão, de auxílio reclusão, do décimo terceiro e pecúlio por morte.

A partir do exercício de 2010 houve a necessidade de alteração dos procedimentos para a contabilização dos compromissos relativos aos planos de benefícios pós-emprego, sendo que conforme notas expedidas pela CVM, as empresas implantaram para o encerramento do citado exercício as normas dispostas na CPC 37 e na CPC 33 (CVM nº600), em substituição à norma CVM nº 371 até então adotada.

Para elaboração dos cálculos atuariais e possíveis valores a serem reconhecidos no resultado do exercício, a Companhia contratou os serviços da empresa Exactus Consultoria Atuarial.

Os cálculos foram realizados considerando-se a metodologia e as regras constantes na Resolução CFC 1239/09 e Deliberação CVM 600/09.

Para o reconhecimento de ganhos/perdas, adotou-se o procedimento padrão constante do item 93 do Pronunciamento Técnico CPC 33, aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários, através da Deliberação CVM 600, a saber: reconhecimento de ganhos/perdas pela regra do corredor. Considerando que o valor de ganhos/perdas atuariais acumuladas está dentro do corredor, para o exercício de 2012, os valores provisionados mensalmente, foram considerados suficientes para o equilíbrio do plano.

CONCILIAÇÃO DOS VALORES RECONHECIDOS NO BALANÇO	31/12/2012
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	322.526.957
Valor justo dos ativos do plano	248.928.870
Déficit (Superávit) para cobertura de planos	73.598.087
Valor presente das obrigações atuariais sem cobertura	
Ganho/(Perda) atuarial não reconhecido	(15.683.727)
Custo do serviço passado não reconhecido	(23.241.286)
Montante não reconhecido como ativo/(passivo)	-
Passivo/(Ativo) líquido	34.673.074
CÁLCULO CORREDOR	
10% do valor presente das obrigações atuariais com cobertura	32.252.696
10% do valor justo dos ativos do plano	24.892.887
Corredor	32.252.696
Ganho/(Perda) atuarial não reconhecido	(15.683.727)
Valor a ser reconhecido	-

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%, o imposto de renda a 15% e o adicional de imposto de renda de 10%, sobre o lucro tributável, em atendimento às disposições fiscais em vigor.

A partir do lucro contábil apresentado para o exercício de 2012 e após as considerações das adições e exclusões fiscais permitidas, a Prodemge apurou lucro real e base de contribuição social positiva, controlados através do Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR), da seguinte forma:

	R\$ 1,00	
	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	IMPOSTO DE RENDA
RESULTADO CONTÁBIL ANTES DO IR/CSLL	7.757.867	7.757.867
Adições	20.636.321	20.636.321
Exclusões	(15.748.100)	(15.846.078)
LUCRO REAL	12.646.087	12.548.110
Compensação de prejuízos fiscais e bases negativas	(3.793.826)	(3.764.433)
RESULTADO TRIBUTÁVEL	8.852.261	8.783.677
Incentivo PAT	-	(52.702)
Licença Maternidade	-	(32.221)
PROVISÕES	796.704	2.086.996

15. REVISÃO DA VIDA ÚTIL

Para cumprimento do disposto no CPC 27 – Ativo Imobilizado foi realizado estudo visando validar a política de vida útil do ativo imobilizado dos bens registrados no controle patrimonial em 31.12.2012, considerando que os ativos são detidos para uso na produção ou fornecimento de serviços, ou para fins administrativos, e que não é política da Companhia a venda desses ativos.

O trabalho compreendeu um esforço em conjunto com a Superintendência de Controladoria e demais áreas técnicas envolvidas.

A base das informações foi os bens levantados através de inventário físico em 30/09/2012 e o seu registro contábil na data de 31/12/2012.

Para determinação da política de vida útil, foi analisado o estado de conservação dos bens e a experiência da Companhia com seus ativos.

O Ativo Permanente da Prodemge está classificado como Imobilizado e Intangível e na data de 31/12/2012, tem a seguinte composição:

IMOBILIZADO - BENS IMÓVEIS	VALOR 31/12/2012	% ATIVO	% IMOBILIZADO	TAXAS FISCAIS
TERRENOS	10.400.000	5,16%	24,46%	0%
EDIFICAÇÕES	1.111.722	0,55%	2,62%	4%
INSTALAÇÕES	6.732.792	3,34%	15,84%	10%
TOTAL	18.244.514	9,05%	42,92%	
IMOBILIZADO - BENS MÓVEIS	VALOR 31/12/2012	% ATIVO	% IMOBILIZADO	TAXAS FISCAIS
EQUIPAMENTOS PROCESSAMENTO DE DADOS	9.307.062	4,62%	21,89%	20%
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	632.191	0,31%	1,49%	10%
SIST.COMUNICAÇÃO E TELEFONIA	22.868	0,01%	0,05%	10%
VEÍCULOS	16.352	0,01%	0,04%	20%
FERRAMENTAS	344	0,00%	0,00%	20%
MATERIAL E EQUIPAMENTOS	180.872	0,09%	0,43%	20%
EQUIP. PROCESSAMENTO DADOS - DATACENTER	10.403.626	5,16%	24,47%	20%
MAT. E EQUIP. ELETRONICOS - DATACENTER	1.419.219	0,70%	3,34%	20%
SOFTWARE - IMOBILIZADO	2.284.725	1,13%	5,37%	20%
TOTAL	24.267.258	12,04%	57,08%	
INTANGÍVEL	VALOR 31/12/2012	% ATIVO	% INTANGÍVEL	TAXAS FISCAIS
SOFTWARE E APLICATIVOS PRÓPRIOS	8.589.815	4,26%	38,92%	20%
DIREITO DE USO SOFTWARE	12.778.747	6,34%	57,90%	20%
DIREITO DE USO SOFTWARE EM ANDAMENTO	700.000	0,35%	3,17%	0%
TOTAL	22.068.562	10,95%	100,00%	

Os ativos patrimoniais da Companhia não terão, ao final da sua vida útil, valor residual e/ou valor de mercado relevante, considerando que:

- Não é política da empresa a venda dos seus bens patrimoniais. Neste sentido, são efetuadas todas as manutenções necessárias para o bom funcionamento dos bens até o final de sua vida útil, sendo que, ao final, são doados aos órgãos e entidades estaduais e/ou leiloados como sucata;
- Os bens referentes ao Direito de Uso de Software de caráter permanente, cujo valor patrimonial monta a 16,8% do total dos ativos permanentes, têm restrições contratuais que impedem a alienação, sublicenciamento, aluguel, arrendamento ou transferência do software a terceiros. Todos os contratos possuem cláusula que garante o direito de propriedade exclusivo pelo fornecedor, cabendo à Companhia tão somente o direito de utilizar o software na condução dos seus negócios;
- Os bens referentes aos softwares e aplicativos próprios, cujo valor patrimonial monta a 13,3% do total dos ativos permanentes, por determinação do acionista majoritário – Estado de Minas Gerais, estão sendo baixados à razão de 20% ao ano desde 2009 inclusive. O valor residual em 31/12/2012 será totalmente baixado em 2013;

- Os equipamentos de processamento de dados (servidores, computadores, etc.), cujo valor patrimonial monta a 30,5% do total dos ativos permanentes, contêm na composição do valor de sua aquisição, direitos de uso de software embarcado, necessários para o funcionamento, e que possuem as mesmas restrições contratuais que os demais direitos de uso de software não embarcados, tornando estes bens inservíveis ao final de sua vida útil.

Após análise dos ativos da Companhia, pode-se assegurar que os ativos tangíveis e intangíveis da Companhia não estão registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda e as taxas fiscais utilizadas para cálculo da vida útil dos ativos estão aderentes à realidade da Companhia e refletem o valor real dos ativos.

Assim, de acordo com as análises efetuadas e a avaliação dos critérios adotados pela empresa, valida-se o registro contábil do Ativo Permanente da Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – PRODEMGE.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Renata Maria Paes de Vilhena – Presidente
Isabel Pereira de Souza
Catão de Castro Neto
José Domingos Filho
Cláudia Venuto Castro Soares de Moura

DIRETORIA EXECUTIVA

Isabel Pereira de Souza – Diretora-Presidente
Antônio Alberto Moreira de Castro – Diretor Vice-Presidente
Paulo César Lopes – Diretor de Desenvolvimento de Sistemas
Nathan Lerman – Diretor de Gestão Empresarial
Maria Luiza de Oliveira Jakitsch – Diretora de Negócios
Raul Monteiro de Barros Fulgêncio – Diretor de Produção

CONSELHO FISCAL

Maria da Conceição Barros de Rezende
Maria de Fátima Oliveira Ribeiro
Maria Beatriz Horta Quina

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLADORIA

Gastão Carneiro das Chagas Moura

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

Maria Kátia Lacerda de Oliveira
Contadora – CRC MG – 065.189/O-8